

'Centrão' se esvazia em duas semanas

Arquivo — 15/9/86

Arquivo — 18/6/87

Franklin Martins

BRASÍLIA — A confortável maioria exibida pelo *Centrão* durante a reforma do Regimento Interno da Constituinte não suportou duas semanas de votação do texto da nova Carta em plenário. O grupo, que nas primeiras negociações ameaçava passar como um rolo compressor sobre a aliança da liderança do PMDB com a esquerda, perdeu a maioria das batalhas do plenário, sofreu dezenas de defecções e está com seu prestígio seriamente abalado.

"Foram dias terríveis", desabafou o deputado José Lins (PDS-CE), um dos coordenadores do grupo, ainda atordoado com os episódios da última semana. "Cometemos um erro atrás do outro e mostramos que não temos comando", reconheceu Basílio Vilani (PMDB-PR). "A partir de agora, só falo em nome do PFL", avisou, irritado, a seus companheiros o líder José Lourenço. "Não há mais *Centrão*", radicalizou o líder do PDS, Amáral Neto, que há dois meses ostentava com satisfação o título de *urutu* do grupo.

Desalento — Amaral, provavelmente uma vez mais, está carregando nas tintas. Na liderança do PMDB e entre os partidos de esquerda, apesar do clima de euforia com os resultados desta semana, ninguém se arrisca a anunciar o fim do *Centrão*. "Eles ainda são fortes e vão influenciar muito nos trabalhos. Só que agora não poderão mais ditar o rumo dos acontecimentos", disse Vilson de Souza (PMDB-SC). Entre os vice-líderes do senador Mário Covas, igualmente, o lema é evitar o triunfalismo, já que a negociação continua na ordem do dia. Segundo eles, as derrotas do *Centrão* apenas deslocaram a base dos entendimentos para posições mais próximas ao texto da Sistematização, pois mostraram que o grupo não detém a maioria no plenário.

Os próprios líderes do *Centrão* admitem, em conversas reservadas, que perderam muita força nos últimos dias. Há uma semana, numa reunião na casa do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), realizada às pressas para apagar as arestas surgidas na véspera — quando parte do grupo queria manter o acordo sobre o direito de propriedade firmado com o PMDB e outra parte terminou provocando o seu rompimento —, a cúpula do *Centrão* recebeu um levantamento

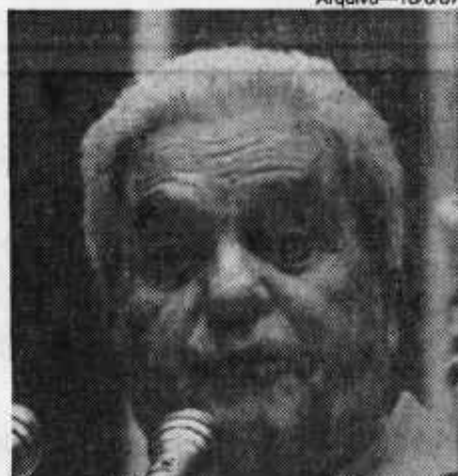


Ricardo Fiuza

feito por computador que revelou que apenas 225 constituintes poderiam ser considerados membros ortodoxos do movimento — isto é, haviam votado em todas as questões com o grupo. À tarde, a votação sobre o mandato de segurança coletivo mostrou que o número de fiéis incondicionais era menor ainda: só 103 parlamentares votaram pela supressão do dispositivo, como recomendara a liderança do *Centrão*.

Nada impede que esse contingente venha a ser engrossado em outras deliberações. "Ninguém tem maioria absoluta na Constituinte. Ela vai sendo conquistada, ponto por ponto, por quem tiver competência para negociar em cima de teses sensatamente progressistas", avaliou o deputado Antônio Britto (RS), um dos vice-líderes do PMDB mais próximos de Covas. O problema é que o *Centrão* escorregando, em muitos momentos, na intransigência, forçou confrontos desnecessários e abriu mão de acordos possíveis, pagando um elevado preço por isso.

Imprudência — Na questão do direito da propriedade, por exemplo, o *Centrão* voltou atrás no entendimento e preferiu bater chapa. Sua proposta foi rejeitada por ampla margem. No dia seguinte, teve de engolir um acordo muito semelhante ao anterior. Num tema de importância secundária, como o das patentes industriais, fincou pé num detalhe e sofreu nova



Amáral Neto

derrota quando era nítida a tendência do plenário para manter o texto aprovado na Comissão de Sistematização. O mesmo ocorreu na decisão sobre o mandato de segurança coletivo. Em todas essas oportunidades, a própria cúpula do grupo não conseguiu marchar unida.

Para o líder do PCB, Roberto Freire (PE), o maior erro do *Centrão* foi acreditar que os trabalhos da Constituinte no ano passado não deixaram marcas. "Ao contrário, há um texto constitucional que veio amadurecendo esse tempo todo. A aliança da liderança do PMDB com a esquerda está funcionando porque tem uma base comum: o projeto da Comissão de Sistematização", disse. Já a unidade interna do *Centrão* segundo Freire, foi feita às carreiras, sem grande lastro nas questões de fundo e, por isso mesmo, não resistiu ao complexo jogo das negociações e votações em plenário.

O líder do PDS, Amáral Neto, tem outra explicação para a crise do grupo. "O *Centrão* começou a fazer água quando entrou de cabeça no apoio ao Palácio do Planalto". Alguns líderes do movimento reconhecem que, depois que o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) recorreu a uma máxima de São Francisco de Assis — "é dando que se recebe" — para justificar a troca de votos por favores do presidente Sarney, ficou impossível livrar o grupo da pecha de governista.

Partidos tentam vencer impasse

BRASÍLIA — A liderança do PMDB na Constituinte vai passar o dia de amanhã tentando fechar um acordo em torno da estabilidade no emprego com os líderes do *Centrão*, do PT e dos grupos *Entendimento* e *dos 32*. "Se chegarmos a um entendimento nesse assunto, o caminho da Constituinte estará desobstruído, pois já vencemos as barreiras da propriedade, das reformas agrária e urbana e a estabilidade é o último assunto onde poderá haver impasse", avaliou o deputado Antonio Britto.

Segundo Britto, em três pontos já há concordância entre os vários grupos: todos aceitam que deve ser consagrado no texto permanente o princípio da garantia no emprego contra demissão imotivada; concordam em deixar para a lei ordinária a especificação dos casos de dispensa por justa causa e não impõem resistência a definir nas disposições transitórias uma indenização para o trabalhador demitido durante o período em que estiver sendo elaborada a legislação ordinária.

O problema é que o *Centrão* não abre mão de fixar no texto permanente também o princípio da indenização. E, na opinião dos pemedebistas, o texto que o grupo defende — "garantia no emprego mediante indenização compensatória" — acaba anulando o princípio da garantia no emprego. O acordo sobre a estabilidade só não evoluiu mais até agora justamente por conta dessa exigência do *Centrão*. Mas, de acordo com Britto, "à medida em que se aproxima o dia da votação (que deve ser no final da próxima semana), todos tomam consciência de que o entendimento é fundamental.

De erro em erro, os quatro últimos lances da crise

Cometendo erro atrás de erro, o *Centrão* viveu na última semana o seu pior período na Constituinte. Foram quatro dias que abalaram o grupo, que deixou de ser a força majoritária no plenário para entrar numa crise de proporções.

2ª feira — Sem número suficiente para aprovar sua proposta sobre o direito de propriedade, o *Centrão* comanda uma retirada do plenário, negando quorum à votação. A sessão é suspensa, mas cerca de 70 constituintes do grupo não obedecem à ordem da liderança. A cúpula do movimento não se mostrou preocupada com o fato. "O direito de propriedade é uma questão tão importante que vale qualquer manobra regimental", disse o deputado José Lins (PDS-CE). À noite, no Palácio do Planalto, em reunião comandada por Ulysses Guimarães, os negociadores do grupo, tendo à frente José Geraldo (PMDB-MG) e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), fecham um acordo com o PMDB.

3ª feira — Uma ala do *Centrão*, liderada por Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lins, torpedeia o acordo. O grupo rompe com o entendimento e decide votar em plenário sua proposta original sobre o direito de propriedade. Obtém apenas 236 votos, contra 248 e 19 abstenções. O

número de defecções é grande: dos 291 constituintes que haviam assinado a proposta do *Centrão*, 28 votam contra ele, oito se absterem e 37 não comparecem. Em seguida, a proposta da Comissão de Sistematização é rejeitada, mas alcança 255 votos. Apenas 214 constituintes acompanham a orientação do *Centrão* de votar contra ela. Na cúpula do grupo, estouram os desentendimentos. Dezoito deputados evangélicos anunciam que vão deixar o *Centrão*.

4ª feira — O dia mais negro da semana para o *Centrão*. Pela manhã, uma entrevista do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), que acusava parlamentares do grupo de pedirem favores do governo e de empresários para votar, cai como uma bomba. À tarde, o grupo aceita acordo sobre o direito de propriedade, muito semelhante ao que não fora cumprido na véspera. Pouco depois, por 326 votos a 103, o plenário aprova emenda restabelecendo o mandato de segurança coletivo, apesar da oposição do *Centrão*. A noite, em sessão extraordinária, convocada para apurar as declarações de Daso, o parlamentar fluminense desmente o teor da entrevista. Nesse dia, pelo menos 15 constituintes procuraram o deputado Ricardo Fiuza anunciando que se desligariam do grupo, devido à entrevista de Daso.

5ª feira — No último dia da semana parlamentar, um grupo de 61 parlamentares do PMDB que integrava o *Centrão* anuncia seu desligamento do movimento. No plenário, todas as matérias são aprovadas por acordo. (F.M.)